



Reflexão sobre pontos de congruência entre texto e hipertexto

Reflection on congregation points between text and hypertext

*Valdinar Cusódio Filho**

*Débora Liberato Arruda Hissa***

RESUMO: Este artigo tem como objetivo participar da ainda corrente polêmica sobre as relações entre texto e hipertexto. Partimos da consideração a respeito das críticas sobre o tratamento reducionista dos estudos que defendem ser todo texto um hipertexto, para propor um caminho de análise que evite tal reducionismo. Com isso, pretendemos contribuir para o fortalecimento dos postulados feitos sobre o hipertexto, indicando que os estudos a respeito da esfera digital podem se beneficiar enormemente se evitarem uma perspectiva dicotômica de comparação e se adotarem uma concepção de texto menos restritiva e mais fidedigna dos estudos feitos atualmente em Linguística Textual.

ABSTRACT: This article aims to participate in the still current controversy over the relations between text and hypertext. We start considering the critics on the reductionist treatment of the studies that defend to be all text a hypertext, to propose a way of analysis that avoids such reductionism. In this way, we intend to contribute to the strengthening of the postulates about hypertext, indicating that studies about the digital sphere can benefit greatly if they avoid a dichotomous perspective of comparison and adopt a less restrictive and more reliable conception of text of the studies done currently in Textual Linguistics.

PALAVRAS-CHAVE: Texto. Hipertexto. Hiperprodutor. Ambiente Digital. Linguística Textual.

KEYWORDS: Text. Hypertext. Hyperproducer. Digital Environment. Textual Linguistics.

1. Introdução

Em telenovelas (mas não só nelas), um recurso narrativo bastante usado pelos autores é fazer com que o protagonista-herói sofra muito nas mãos do

* Doutor em Linguística. Professor do curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará, Campus Fátima.

** Doutora em Linguística Aplicada. Professora do curso de pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Campus Fátima.

antagonista-vilão. Uma provável reação do espectador mais emotivo e envolvido com a trama é a de ter raiva do vilão e torcer pelo mocinho, esperando que, no final, as injustiças perpetradas sejam todas corrigidas e o injustiçado possa, enfim, ter paz e viver feliz para sempre.

O que isso tem a ver com texto e hipertexto? A situação acima descrita é uma comparação, inicial e bastante caricatural (e que, ainda nesta introdução, tratamos de modificar), que acabamos por fazer, a fim de exprimir a impressão que tivemos ao (re)estudar algumas obras que versam sobre o hipertexto. Frequentemente, em nossas leituras, nos sentimos como o espectador que vê o “vilão” (o hipertexto) atacando o “mocinho” (o texto “tradicional”), e este nem sempre se insurge para poder se defender. De algum modo, a escrita deste artigo procura fazer um pouco de justiça, o que, pensamos, será produtivo para se compreender mais aguçadamente tanto as pesquisas sobre texto quanto as sobre hipertexto (pelo menos, no âmbito da Linguística).

Para que sair, mais uma vez, em favor do texto, nessa disputa? Isso não é uma discussão já superada? Não se trata, sempre, de posicionamentos muito aguerridos dos dois lados (os que advogam em favor do caráter bastante inovador do hipertexto e os que combatem tal ideia)? O que há de novo a se dizer na questão? Além do motivo mais epistemológico de que o caminho da ciência envolve relações entre tese, antítese e síntese — e que, pensando assim, toda e qualquer reflexão que colabore para se chegar à síntese é bem-vinda —, pensamos que há outros dois motivos bastante fortes que solicitam uma continuação dessa discussão.

Em primeiro lugar, vê-se que ainda é muito comum os teóricos do hipertexto (ARAÚJO 2006; BRAGA 2005; COSCARELLI, 2010; GOMES, 2007, 2010, 2011; SNYDER, 2010; XAVIER, 2002, 2005) utilizarem como estratégia retórica a comparação deste com o texto “convencional”. Esse, aliás, é um movimento bastante esperado quando da emergência de novos paradigmas. Basta ver o quanto as perspectivas

enunciativas precisam sempre nos lembrar de por que o Estruturalismo é uma proposta insuficiente. Observe-se o esforço que os funcionalistas norte-americanos precisaram fazer para sinalizar sua empreitada como mais apropriada que o Gerativismo. E não podemos nos esquecer do enorme esforço que se faz, no universo do ensino de língua materna, com o objetivo de combater o ensino exclusivamente prescritivo-gramatical.

Se tais propostas de trabalho, que já estão por aí há certo tempo, ainda hoje precisam lançar mão da comparação com as contrapartes que a antecederam para se firmarem, que dizer do hipertexto, construto teórico (e tecnológico) considerado, ainda, como bastante recente? A fim de que se justifique a importância científica do hipertexto, é preciso que se indique o que de novo ele pode trazer. Então, faz-se necessário assinalar suas contribuições em relação a sua contraparte antecedente, que seria, no entendimento dos hipertextualistas, o texto. Como, no caso do hipertexto, ainda se está no momento da tese versus antítese, muito chão ainda tem de ser percorrido para se chegar à síntese. Portanto, de maneira alguma, pode-se achar que a polêmica texto / hipertexto está acabada ou bem assentada.

Uma vez que a tônica da comparação é mais frequente no sentido de valorização do hipertexto em relação ao texto, cremos que seria salutar um movimento em outro sentido, mas não em sentido inverso. O movimento em sentido inverso seria uma valorização do texto em detrimento do hipertexto (o que, parece-me, já é feito pelos que procuram minimizar a importância do hipertexto como um novo paradigma). O movimento em outro sentido que propomos implica uma reflexão mais plena sobre o objeto científico texto, à luz de aspectos que, como bem lembra Araújo (2006), só começaram a ser mais evidenciados a partir das discussões sobre hipertexto.

Trata-se, sim, de uma tomada de partido a favor do texto, mas não para dizer, no final, que todas as características inovadoras atribuídas ao hipertexto já estão, desde sempre, incluídas no objeto texto (ou pelo menos, não para dizer apenas isso).

O objetivo é que, entendendo-se melhor o conceito e o escopo do texto enquanto objeto científico, seja possível uma reflexão mais apropriada dentro dos próprios estudos em hipertexto, no sentido de poder realmente esclarecer quais as diferenças entre esses dois objetos (e se, de fato, vale a pena insistir em tais diferenças). Nesse caso, não se trata mais da visão dicotômica, inicialmente apresentada, entre mocinho e vilão. Trata-se, muito mais, de tentar esclarecer algumas nuances envolvidas na discussão. Como esta tônica de estudar a relação entre texto e hipertexto para não apontar um vencedor aparece apenas timidamente em alguns trabalhos, vemos a necessidade de um espaço a ser preenchido, do que advém o segundo motivo para investirmos nosso tempo nisso.

Iniciamos a discussão apresentando as características do hipertexto e a retórica em torno de erigi-lo como essencialmente inovador. Em seguida, mostramos a contra-argumentação dos que defendem que o hipertexto não é tão inovador assim e, nesta mesma seção, apresentamos a tréplica dos hipertextualistas. Na terceira e última seção, escolhemos alguns aspectos do hipertexto para reavaliá-los à luz de um procedimento analítico que não padeça do reducionismo frequente em ambos os lados da disputa. Em toda essa empreitada, apontamos que duas posturas devem ser discutidas muito criticamente: a tendência a uma visão dicotômica e a simplorização do objeto “texto convencional” aludido nas comparações.

2. A retórica de valorização do hipertexto

Nos estudos linguísticos brasileiros, não se pode falar em caracterização do hipertexto sem discutir os trabalhos do pesquisador Antônio Carlos Xavier. No Brasil, foi ele, provavelmente, quem primeiro se preocupou em estudar as características linguísticas do hipertexto, para o que defendeu a tese de que o hipertexto constitui um novo modo de enunciação, responsável por uma mudança na maneira como nos comunicamos e como produzimos sentido. Neste artigo, trabalhamos unicamente com a tese de doutoramento de Xavier (2002), embora saibamos que há outras publicações

posteriores suas que também tratam do hipertexto. Justificamos essa decisão com base no fato de que este nos parece ser, de longe, o trabalho mais citado do autor. E porque, nos trabalhos posteriores, as ideias de Xavier (pelo menos nos aspectos que nos interessam) não parecem ter sofrido modificações substanciais.

A caracterização de Xavier está muito atrelada à forma como o conhecimento é produzido e transmitido a partir de (hiper)textos. Já no início de seu trabalho (2002, p. 7), o autor deixa essa posição bem clara ao dizer que o hipertexto “se coloca como desafio de uma, no mínimo, diferente forma de abordar a informação, comunicar dados e interpretá-los”. Essa ênfase nas maneiras de conhecer é seminal na definição de texto apresentada nesse trabalho: “Os textos [...] são essência do conhecimento, matéria-prima do saber e não só os recursos técnicos que viabilizam a exposição de saberes outros *in abstractu*, que ganham visibilidade e concretude, quando textualizados” (XAVIER, 2002, p. 22).

É também essa a ideia presente nas definições de hipertexto que Xavier traz, apresentadas por teóricos não linguistas. Como se vê em Xavier (e também em MARCUSCHI, 2005; KOMESU, 2005; ARAÚJO, 2006), a concepção inicial por trás do hipertexto seria justamente a possibilidade de criar um sistema de estocagem e modelação da informação de tamanho e acesso ilimitados. Ao revisar autores que discutiram o conceito de hipertexto –, como Snyder, Joyce e Lévy – Xavier (2002) explica que o hipertexto seria um sistema de organização de dados e um modo de pensar. Embora haja saliência de outros aspectos do hipertexto, tais como os aspectos multimodais, a relevância do conhecimento é ainda patente, seja na distinção entre hipertexto exploratório e hipertexto construtivo, seja na definição técnica. Aliás, sobre essas definições iniciais, lembramos que, dentro da proposta seguida por Xavier e pela maioria dos hipertextualistas, o hipertexto só acontece na tela do computador, ambiente exclusivo que permite a efetivação das características hipertextuais e, assim, instala uma nova forma de se relacionar com a informação.

Obviamente, a distinção entre texto e hipertexto, ponto de partida para que Xavier proponha a caracterização deste último, só pode ser bem compreendida se vista sob esse foco de explicitação da relação entre linguagem e produção/transmissão de conhecimento. Com isso em mente, passamos a uma breve descrição das características do hipertexto, de acordo com Xavier (2002).

A primeira característica apontada é a imaterialidade. Diferentemente do texto em celulose, o hipertexto, como diz Xavier, pode ser, por conta da sua “existência virtual”, manuseado, transportado, recortado, reconstruído, editado, sem que isso, por exemplo, modifique ou faça desaparecer a configuração original. O autor salienta que, a partir do momento em que o hipertexto é impresso, ele perde sua característica hipertextual, pois “perde a sua ubiquidade espaço-temporal, além de esvaziar-se de sua capacidade de apresentar imagens animadas e efeitos sonoros, fatores que o singularizam em relação ao texto material” (XAVIER, 2002, p. 30).

A segunda característica é a confluência de modos enunciativos: “o hipertexto se diferencia, essencialmente, do texto impresso por hospedar e exibir em sua superfície formas outras de textualidade, além da escrita” (XAVIER, 2002, p. 30). Imagens, sons, ícones animados, todos são (ou podem ser) distribuídos de forma equilibrada, em contraposição à TV, ao rádio ou ao jornal impresso, meios nos quais, conforme Xavier, obrigatoriamente há domínio de alguma semiose. Para Komesu (2005, p. 101), “talvez a multisseiose seja o traço que evoca mais diretamente o vínculo com o suporte material para a realização do hipertexto”. E Araújo (2006, p. 85-86) também sinaliza para a importância capital da multisseiose na caracterização do hipertexto, conforme veremos na próxima seção.

Sobre a não linearidade, terceira característica apontada (e, conforme KOMESU, 2005, p. 99, “considerada [pelos teóricos] como o traço principal do hipertexto”), Xavier (2002) procura fazer uma distinção entre este conceito e o de descontinuidade potencial do discurso. Trata-se, aqui, de refutar as críticas que apontam para o fato de que a

recepção não hierárquica de informações já é algo que acontece com o texto, o que se evidencia pela maneira como se configura, normalmente, uma edição impressa, com sumário, divisão em capítulos, índices remissivos e notas de rodapé. Xavier defende o caráter inovador do hipertexto também nesta seara, dizendo que, no caso do texto impresso, o caminho descontinuado é uma decisão do leitor. No caso do hipertexto, a não linearidade é uma regra constitutiva, ou seja, o hipertexto só pode se construir se há a não linearidade em sua gênese. Não se trata de uma possibilidade dada ao leitor, mas de uma exigência para que se constitua o material hipertextual.

Pensamos que falar em não linearidade cria o momento oportuno para se pensar em hiperleitor e em hiperleitura, uma outra característica do hipertexto que, embora não apareça especificamente como tal, nesta seção do trabalho de Xavier (op. cit.), permeia toda a reflexão do pesquisador. O conceito de hiperleitor, pelo menos é o que nos parece, está intimamente associado à não linearidade, mais do que às outras características. Ora, é exatamente a não linearidade que está na gênese da atividade do hiperleitor, como vemos em Xavier (2002):

Consideramos que essa nova tecnologia intelectual — Hipertexto — possibilita a organização das informações em uma base de dados a partir da qual se pode efetuar uma **leitura necessariamente não-linear**, pois o interesse central do Hipertexto não consiste tão somente nas unidades de informação que ele contém e às quais se pode ter acesso isoladamente, através dos *hiperlinks*, nem no modo com que tais unidades são organizadas. O seu interesse primeiro consiste na possibilidade que oferece ao hiperleitor de realizar **uma leitura, completamente, singular**¹ em relação [sic] a dos demais hiperleitores, a partir do acionamento (ou não) dos *hiperlinks* disponíveis. (XAVIER, 2002, p. 28).

É a partir dessa ideia de que o hipertexto possibilita caminhos diferentes de leitura que se fala em favor de um hiperleitor mais autônomo, mais atuante, que,

¹ Os grifos em negrito são nossos.

consequentemente, passar a ser coautor dos (hiper)textos que lê, tese bastante defendida entre os hipertextualistas.

A quarta e última característica do hipertexto é a intertextualidade infinita. Sobre esse critério, Xavier também reconhece as semelhanças entre texto e hipertexto. Entretanto, “o Hipertexto acentua a função e as vantagens da intertextualidade” (2002, p. 32). Essa potencialização do valor intertextual no hipertexto seria atribuída aos hiperlinks, que, quando da hiperleitura, podem remeter automaticamente a outros (hiper)textos que se relacionam com o que se está lendo. “Ou seja, o hipertexto inscreve nos hiperlinks a ‘erudição’ necessária à compreensão de um dado discurso, tornando público o que apenas era, potencialmente, dependente da ‘erudição’ e da lembrança individuais de alguns poucos leitores” (XAVIER, 2002, p 32).

A integração dessas quatro características, mais a hiperleitura, é tão notável que se pode dizer que o hipertexto instancia um novo modo de enunciação, e tal novidade é mais que suficiente para justificar o interesse científico sobre a temática. A novidade estaria no fato de que o modo de enunciação digital, como caracterizado por Xavier, resulta de um amalgamento, possível somente no computador, entre diferentes semioses, que passam a ter novo papel, em virtude de tal integração. Para o autor,

é possível afirmar que os diversos sistemas de escrita [...] quando superpostos a outras formas de enunciação (visual e sonora, por exemplo) em um mesmo suporte de leitura e interpretação, são perfeitamente capazes de gerar outros modos enunciativos, tal como tem acontecido, neste momento, como o *modo de enunciação digital*. (XAVIER, 2002, p.75)

Ainda sobre a novidade do hipertexto, é dito que ele “reprocessa e reutiliza os modos de enunciação anteriores e suas respectivas tecnologias enunciativas, em especial o escrito, maximizando-os até o limite de suas potencialidades” (XAVIER, 2002, p. 94). Em suma, esse novo modo de enunciação, digital, é caracterizado por juntar, num mesmo suporte (a tela digital de computador multimídia), os outros

modos de enunciação (verbal, visual e auditivo), do que vem uma nova forma de imbricação entre eles.

Xavier aponta que essa confluência de semioses não é novidade do hipertexto, já que os meios impressos também costumam reunir texto verbal e imagens, gráficos etc. A diferença estaria numa mudança na relação de forças entre esses outros meios e a escrita:

A novidade real [...] é que tais tecnologias enunciativas, que viabilizam a existência do modo de enunciação visual, assumem no hipertexto uma co-participação e uma co-relevância na construção do sentido da página *Web* como um todo; deixam de ser adereços que ornamentam e delimitam artisticamente o espaço de escrita verbal, para se configurarem como elementos-fonte ricos em informação, matizes de sentido com peso cognitivo e valor semântico, no mínimo, iguais aos das palavras (XAVIER, 2002, p. 156-157).

Entende-se, assim, que, no modo de enunciação digital, a escrita deixa de ser hegemônica. Como consequência, tem-se que, de acordo com Xavier (2002, p. 14), “o Hipertexto inaugura um modo singular de construir sentidos”. Configura-se, dessa forma, a retórica de valorização do hipertexto, alicerçada pela ideia de que há um modo de enunciação digital, emergente a partir da integração de algumas características relacionadas ao ato de comunicação, capaz de trazer perspectivas inovadoras à maneira como se dá a interação linguística e como se dá a produção de sentido.

3. A retórica de valorização do texto

Araújo (2006, p. 86) coloca que “a categoria anunciada [hipertexto] ainda está em discussão e anda longe de ser um consenso entre os pesquisadores”. Entre os que desafinam do coro dos contentes, Araújo destaca Koch (2003) e Possenti (2002). Também comentamos os trabalhos desses dois autores, porque são, de fato, os dois textos “contra a corrente” mais citados pelos hipertextualistas (ver, por exemplo, KOMESU, 2005; e, a respeito do texto de Possenti, também XAVIER, 2002). Antes,

porém, julgamos necessário propor um ajuste na maneira como Araújo concebe a polêmica. Segundo o autor, a falta de consenso em torno da categoria hipertexto se estabelece na marcação de território dos dois grupos:

de um lado, há linguistas que defendem que o hipertexto não traz em si nenhuma novidade, por isso consideram que todo texto é um hipertexto [...] e de outro, há aqueles que estudam e defendem o hipertexto como uma nova realidade linguístico-textual que amplia as possibilidades das práticas discursivas, gerando “novos” gêneros do discurso e reclamando um novo tipo de letramento (ARAÚJO, 2006, p. 87).

Não nos parece que a divisão entre esses dois grupos se dê nos moldes do que diz Araújo (2006). Não vemos, inicialmente, que os linguistas do primeiro grupo não reconheçam **nenhuma novidade** no hipertexto (KOCH, 2003, certamente, não se manifesta assim). Entendemos que o que esse primeiro grupo considera é que **muitas das novidades** normalmente alardeadas pelos hipertextualistas como surgidas apenas com o advento do hipertexto já são possibilidade dentro do texto “convencional”. Isso não significa negar a existência de **qualquer novidade** linguístico-discursiva do hipertexto e, conseqüentemente, não significa desmerecer a ampliação de práticas discursivas, nem a geração de novos gêneros, nem a emergência de um novo tipo de letramento. Aparar as asas de um pássaro não implica, necessariamente, proibi-lo de voar. Como se vê em Possenti (2002, p. 64),

não estou querendo dar a entender que penso que o hipertexto não significa novidade alguma ou não implica diferenças relevantes, ou, principalmente, que não implicaria mudanças de atitude ou de atividades. [...] O que estou querendo dizer é que é minimamente necessário dar-nos conta de que certas expressões podem estar fazendo pensar que a mudança de suporte [do impresso para o digital, basicamente] é suficiente para alterar o texto, tornando central, sem razão, a meu ver, um elemento que até recentemente era de fato desconsiderado ou considerado absolutamente secundário no debate sobre o sentido.

Entendemos que criticar o discurso de novidade erigido em torno do hipertexto, na esteira da citação de Possenti, não significa jogar pedras em tudo o que vem sendo dito sobre essa categoria. Achamos até que posicionamentos críticos a respeito desse discurso podem ser extremamente eficazes se sugerirem caminhos investigativos que possam sofisticar o aparato teórico-metodológico. Vejamos, então, as posições de Koch (2003) e Possenti (2002) sobre a relação texto/hipertexto, para, em seguida, nos atermos aos comentários de Araújo (2006) sobre os dois trabalhos.

Começemos por Koch (2003, p. 61). A autora é quem lança a proposta de que “— pelo menos do ponto de vista da recepção — todo texto é um hipertexto”, ao levar em conta a concepção de texto assumida atualmente pela Linguística Textual, qual seja, “todo texto constitui uma proposta de sentidos múltiplos, e não de um único sentido, e [...] todo texto é plurilinear na sua construção”.

Koch mostra vários exemplos de gêneros textuais do meio impresso passíveis de receber um tratamento hipertextual. Os textos acadêmicos, por exemplo, com suas referências e notas de rodapé, remetem a outros textos; referências e notas, assim, adquirem o estatuto de *links*, possibilitando que o leitor faça um caminho de leitura não necessariamente linear. Claro que a decisão de seguir ou não os caminhos que “desviam” da linha proposta pelo produtor é do leitor, mas a possibilidade existe, desde já (podemos então dizer que seria constitutiva do desse tipo de gênero?), nesse gênero textual impresso. Também o gênero reportagem, em cuja constituição está a multissemiótica (presença de outros elementos além do texto central), sofre um tratamento hipertextual, pois “o sentido não é construído somente com base no texto central, mas pela combinação de todos esses recursos [multissemióticos]” (KOCH, 2003, p. 62).

Finalmente, a autora sustenta que a compreensão de textos, de maneira geral, se dá de forma não linear, em virtude de não existirem textos completamente explícitos. Vemos, assim, que Koch (2003) trabalha com a possibilidade de tratamento

hipertextual do texto “convencional” a partir da não linearidade, dos links e da multissemiótica.

Vejam, agora, a posição de Possenti (2002). O autor concentra suas críticas na assunção, defendida pelos hipertextualistas, de que o hipertexto traz embutido em si a emergência de uma nova “forma” de atribuir sentido. Antes de qualquer coisa, ele adverte que se pode falar de coisas bastante diferentes quando se fala em sentido, e o cuidado em especificar tal termo, definitivamente, não é uma preocupação dos hipertextualistas. Possenti mostra que a teorização sobre os sentidos de um texto já percorreu um longo caminho e muitas considerações que ganharam os holofotes com a emergência do hipertexto já estavam mais ou menos sedimentadas antes da entrada dessa temática na agenda dos estudos linguísticos.

Possenti (2002) comenta que, a partir de um projeto investigativo que levou a sério a constatação de que o texto nunca é transparente, passou-se a dar atenção ao que completaria as suas opacidades. O movimento inicial se deu no sentido de que seria preciso recorrer ao autor. Entretanto, logo se viu que tal paradigma não se sustentaria na pós-modernidade, que tem como um dos motes a descentração e a contestação da figura de autoridade². Passa-se, então, a procurar em outros elementos a “chave” para o sentido, do que decorre um deslocamento no sentido autor → texto → leitor. É nesse deslocamento que se encontra a gênese de uma tendência a fortalecer o poder do leitor. E, como tal reflexão é anterior ao hipertexto, não faz sentido dizer que apenas com o hiperleitor do ambiente digital é que se pode falar em coautoria. Como diz Possenti (2002, p. 65),

não foi o hipertexto que reduziu o autor a seu modesto lugar, mas uma concepção de linguagem que, por várias vias, imaginou poder mostrar que, fosse lá o que fosse que o autor quisesse dizer, seu texto

² Xavier (2002) também comenta sobre o papel da pós-modernidade na mudança de paradigma sobre quem detém o controle da informação. Parafrazeando Bolter, Xavier (2002, p. 37) diz que “o Hipertexto vem confirmar o que os desconstrutivistas e os outros teóricos contemporâneos têm dito sobre a instabilidade do texto e o declínio da autoridade do autor”.

[acrescentamos, as leituras de seu texto] o ultrapassaria ou o trairia, seja porque estivesse submetido a regras de gênero, seja porque o autor poderia estar submetido, sem saber, a desejos de dizer que não controlasse.

Possenti, então, nos mostra que a discussão sobre coautoria de sentido(s) é muito mais complexa do que garantir ao suporte textual uma onipotência sobre a compreensão textual que ele definitivamente não tem, mas que se lhe é atribuída dentro do discurso hipertextualista. Vê-se, assim, que a concepção de um leitor coautor não pode se restringir ao ambiente digital. É nessa esteira que Possenti endossa a posição de Koch sobre todo texto ser um hipertexto, já que o leitor é hiper em qualquer ambiente (digital ou impresso), pois é capaz de determinar, dentro de suas limitações sócio-históricas, o percurso que o fará produzir sentido(s). Tal visão encontra-se muito bem apresentada na seguinte passagem:

supor que, no livro tradicional, o autor era uma autoridade maior que o leitor significa, em geral, não especificar os diversos tipos de leitura, de texto e de autoria. Por outro lado, supor que o hipertexto é o reino do leitor é supor que no livro o autor decidia tudo, determinava como o texto seria lido. (POSSENTI, 2002, p. 73).

Com esta afirmação, Possenti deixa patente sua percepção de que há uma simplorização de algo inerentemente complexo, que é o texto e sua produção/recepção. Concordamos com esse posicionamento e tocaremos nesse ponto na próxima seção. Por ora, concluimos nossa apresentação sobre o artigo de Possenti assinalando que o autor faz ainda uma crítica ao fato de a questão do autor ser o tema bem menos discutido dentro da retórica do hipertexto (tópico sobre o qual trataremos na próxima seção) e faz uma crítica muito bem feita sobre a questão da relevância (que tangencia a temática da descentração). Assinalamos ainda que o autor entrevê temáticas de investigação que podem, de fato, integrar o caráter inovador do hipertexto, tais como autoria e constituição e queda dos cânones.

Araújo (2006) rebate os comentários de Koch e Possenti alegando que estes estudiosos, ao falarem de hipertexto e equipararem essa categoria ao texto, padecem de uma visão reducionista, a saber, a escolha de algumas características atribuídas ao hipertexto sem que se dê conta da relação de tais características com outras, igualmente relevantes para a constituição desse objeto teórico. Koch (2003), por exemplo, segundo Araújo, se limita, principalmente, a três características, a não linearidade, os *links* e a multissemiótica, mostrando, contudo, exemplos de gêneros diferentes em que tais aspectos incidem. Ou seja, não se mostra, em Koch, nem mesmo a integração desses três fatores para a constituição de sentido em um único gênero, que dirá a imbricação desses com outros fatores. Também Possenti (2002) sofre da mesma síndrome, pois

parece reduzir sua reflexão a características [a característica textualmente citada em Araújo é a não-linearidade] que, embora não tenham deixado de ser relevantes para os estudos sobre o assunto, perderam a centralidade na busca de uma definição que dê conta do atual estágio do hipertexto (ARAÚJO, 2006, p. 88).

Parece-nos que Araújo sugere que um aspecto a ser destacado seria a multissemiótica, pois, de acordo com o autor (2006, p. 88-89), “para que um pesquisador se arvore no direito de definir o que é o hipertexto, deverá, no mínimo, ficar atento à heterogeneidade semiótica que o ambiente digital permite”. Insistindo, então, que faltam análises mais consistentes para que se decrete a ineficácia da argumentação dos hipertextualistas, Araújo compartilha das posições de Xavier (2002) e outros sobre a relevância do hipertexto: “o hipertexto se aproxima de um **tipo de escritura** que reclama uma nova organização cognitiva e referencial” (2006, p. 89. grifo do autor). E, como Xavier, aposta no caráter de amalgamento de semioteses, no meio digital, como questão central na discussão:

À linguagem escrita acrescentam-se outros elementos semióticos cuja função parece ser a de entrar como partes constitutivas que conspirariam a favor de ‘novas formas de construção de sentido’ (MARCUSCHI; XAVIER, 2004).

Assim, mesmo que em outros gêneros de esferas de comunicação como o jornalismo e a publicidade, por exemplo, a imagem, ao lado da escrita, seja uma semiose que ajuda na construção do sentido, é razoável considerar que somente com os avanços das tecnologias digitais é que se passou a explorar melhor a força das outras semioses, tal como se vê hoje no atual estágio dos estudos sobre o hipertexto. (ARAÚJO, 2006, p. 90).

Terminamos essa seção com o posicionamento de Araújo porque, de fato, dos autores que lemos, apenas ele se preocupou em fazer uma crítica consistente sobre as posições que defendem que todo texto é um hipertexto. Se pretendemos fazer uma reflexão em torno de ver outras possibilidades de relação entre texto e hipertexto, um caminho adequado é o de levar em conta a última palavra no assunto, até o estágio atual. Com isso em mente, indicamos que uma parte de nossa sugestão de contribuição será o de analisar, com certo apuro, como se dá a relação multissemiótica em textos fora da esfera digital.

4. Há necessidade de aprofundamento das concepções de texto e hipertexto?

Acabamos de anunciar que daremos destaque à heterogeneidade semiótica em textos fora do universo digital, mas advertimos que esta será a última parte de uma argumentação que começa com uma discussão sobre o produtor de textos do universo digital, segue com algumas observações sobre a confusão terminológica em torno do hipertexto, continua com a problemática da comparação na retórica hipertextualista e culmina com a já anunciada quarta e última parte. Também assinalamos que a discussão da segunda parte, sobre a confusão terminológica, diferentemente das outras três, não se configura, diretamente, como uma contribuição à discussão maior sobre um novo olhar no binômio texto/hipertexto. Entretanto, ela é essencial para que possamos colocar em bases mais claras o que se quer (e o que não se quer e não se pode) dizer com a afirmação de que todo texto é um hipertexto.

4.1 Tentativa de esclarecer o papel do hiperprodutor: repensando a não linearidade constitutiva

Já dissemos alhures que Possenti (2002, p. 68) afirma ser a questão do autor a menos bem discutida nos trabalhos sobre hipertexto. Ele procura direcionar sua reflexão em torno de uma crítica à suposta maior liberdade de publicação advinda com a *Internet*. Discutimos a questão do “autor hipertextual” em outros moldes, tratando de sua relação com a não linearidade. Antes, salientamos que, apesar de Araújo (2006) dizer que uma discussão sobre a não linearidade como critério definidor do hipertexto pode ser ultrapassada, em virtude de esta não ser uma característica central no estágio atual dos estudos, voltar ao tema é relevante na medida em que a questão do hiperleitor e, conseqüentemente do letramento digital, ainda é muito presente. Então, discutir não linearidade pode trazer novas reflexões sobre hiperleitor e sobre letramento digital.

Inicialmente, lembramos que há uma distinção, em Xavier (2002), entre uma não linearidade constitutiva do hipertexto e uma não linearidade “circunstancial” presente nos outros textos, que estaria a cargo de decisões do leitor sobre como caminhar na procura pelo(s) sentido(s). Essa diferença também é assinalada por Vieira (2007, p. 245, nota 1). Segundo essa autora, há de fato, com o advento do hipertexto, um modo de ler diferente.

A autora justifica seu posicionamento ao comentar que, na leitura tradicional, há uma ordem linear razoavelmente esperada (a qual determina a configuração material e sequencial do livro) que deve ser seguida pelo leitor. E, continua Vieira, mesmo que esse leitor “resolva ‘pular’ algo ou ler em um ritmo diferente, há um ponto de partida e de chegada fixados pelo autor”. A autora acrescenta ainda que, no material “tradicional”, “a escrita domina a organização da página e o modo de apresentar o material e a imagem aparece apenas como ilustração”. No hipertexto, segundo a autora, o quadro muda, pois a *ordem é aberta, simultânea* e decidida pelo leitor. Para Vieira (2007, p. 246), as informações não se organizam de forma linear, mas

se estruturam de forma hierarquizada, ou em rede. Por exemplo uma página pode ser acessada através de múltiplos pontos de entrada, o que possibilita diferentes roteiros de leitura.

No que apresentamos até aqui, vê-se que as observações sobre a hiperleitura, em Vieira (2007) e em Xavier (2002), são semelhantes. Com a dicotomia leitura “tradicional” / leitura digital em mente, defendemos que talvez seja elucidativo tentar entender qual o papel do produtor nas duas instâncias (ambiente “tradicional” e ambiente digital). A primeira coisa a se observar é que, se por um lado a teorização sobre hipertexto permitiu surgir a categoria do hiperleitor, por outro, não se ouve falar em hiper-escritor (ou hiperprodutor). Entendemos que, se estamos comungando de uma perspectiva sociointeracionista (e esta é a concepção que os hipertextualistas defendem), não se pode deixar de pensar em todos os elementos que entram na interação, dentre os quais o produtor de textos tem, indubitavelmente, sua relevância, não porque seja absoluto, mas porque interfere/contribui para o processo interacional. Salientamos que uma não linearidade constitutiva do hipertexto não surge do nada; ela só se presentifica porque agentes humanos participam, em algum nível, de sua configuração.

Vejamos o que podemos extrair de uma concepção de hiperprodutor a partir das observações de Xavier e Vieira, começando com a última. Desta autora, já sabemos que o produtor de um texto convencional determina uma ordem linear e igualmente um ponto de partida e um ponto de chegada para o leitor. Vieira diz mais: no texto tradicional, “o autor conhece o mundo do leitor para quem escreve, sabe como se fazer compreender, que ideias apresentar e que informações elas pressupõem” (2007, p. 245). Como a pesquisadora não nos apresenta característica alguma do autor no universo digital, tomamos a liberdade de usar o recurso de estabelecimento de dicotomias (já que essa é a tônica da diferenciação entre texto e hipertexto mais frequentemente feita pelos hipertextualistas, mesmo quando em

uma versão moderada) para, a partir de Vieira, caracterizar o autor de textos digitais: ele **não** conhece o mundo do leitor para quem escreve, **não** sabe como se fazer compreender, que ideias apresentar e que informações elas pressupõem.

Se há diferença no grau de previsibilidade da audiência, isso se deve muito mais à natureza específica da interação que ocorrerá do que ao modo de enunciar. O que queremos dizer é que, tanto no meio digital quanto nos outros, é possível prever/conhecer em maior ou menor grau o público receptor, a depender do gênero em questão (por exemplo, conhecer mais especificamente as características de um leitor de uma carta ou de um e-mail pessoal é mais fácil que conhecer as características de um grupo para quem se vai dar uma palestra ou para quem se prepara um material de alguma disciplina de um curso de educação a distância).

No final das contas, o critério de definição, utilizado por Vieira (2007), do autor de textos tradicionais, que seria responsável pelo estabelecimento de uma linearidade e da determinação de um ponto de partida e de chegada, não é exclusivo desse tipo de autor. Então, se não o é, seria até desnecessário apresentá-lo, haja vista que não goza de especificidade. Nesse caso, pensamos ser mais prudente admitir que as diferenças, pelo menos entre o que já falamos até aqui, não são tantas assim e que, de fato, estamos nos aproximando de mais um aspecto em favor de redimensionar o valor do texto em comparação com o hipertexto.

Vamos agora ver o que podemos elucidar do produtor de textos virtuais em Xavier, relacionando este produtor à não linearidade constitutiva. Esse estudioso não fala qual seria o papel do produtor na configuração da não linearidade. Se Xavier diz que, no texto impresso, o caminho não linear é uma escolha do leitor, pensamos que o produtor desse tipo de texto, por sua vez, apresenta-se como razoavelmente próximo da definição de Vieira (2007): por mais que deixe em aberto os caminhos para o leitor, ele traça um percurso linear, ordenado, de sua composição, representado pela organização de cima para baixo, da primeira página para as seguintes, do começo do

encadernado para o fim etc. Ou seja, há uma intenção de linearidade por parte do produtor (e, se o leitor vai ou não seguir essa proposta, o problema é de cada um).

Por sua vez, o (hiper)produtor, no ambiente hipertextual, sabendo que a não linearidade é constitutiva, jogaria com esse trunfo para estabelecer possibilidades de caminhos de leitura as mais diversas. Pensamos que, para se falar numa não linearidade constitutiva, deve-se ter em mente que os hiperprodutores devem agir assim no ambiente hipertextual.

A concepção de hiperprodutor que delineamos pode dar a impressão de que se está falando, mais uma vez, de um produtor “sem eira nem beira”, bem despreocupado em propor algum nível de organização em seu discurso, por saber que, no ambiente digital, a não linearidade é constitutiva, e a organização que pretendeu dar a seu texto seria irrelevante. Como essa certamente não é a visão mais apropriada, tem-se que haver um refinamento, no qual nos parece que fatalmente chegaremos à constatação de que, tanto no ambiente digital quanto no “tradicional”, o escritor, pelo menos no que toca à sua atuação na produção de um texto específico (que certamente dialoga com outros textos e cujos diálogos podem ser assinalados), tem um ponto de partida e de chegada e propõe alguma forma de organização para seu texto, porque, como já dissemos anteriormente, esse escritor escreve sempre tendo em mente uma meta a cumprir.

Há um objetivo (e aqui não nos restringimos a uma intenção psicológica individual, completamente alheia à constituição sócio-histórica de um escrevente) e, qualquer que seja esse objetivo (independentemente de quão complexo seja), para atingi-lo, o (hiper)produtor precisa traçar um projeto discursivo, em cuja formatação se inclui, naturalmente, estratégias de “guiamento” para o leitor.

Há, dessa forma, pelo menos para o produtor, em qualquer modo de enunciação, no que diz respeito a sua participação em uma situação específica de interação pela escrita, um traçado “linear”, um começo e um fim de sua atuação, uma

organização que indica como o leitor pode fazer para entrar em contato com seu texto: por onde começar, como continuar e onde terminar (frise-se, terminar a leitura de seu texto, que não é mesma coisa que terminar uma determinada atividade de leitura).

Falar que um escritor, tanto no meio digital quanto no meio impresso, tem um projeto de caminho mais provável pelo qual quer levar seu leitor não significa negar a não linearidade. Significa apenas dizer que, se se quer tratar a não linearidade como constitutiva do hipertexto, é preciso dizer que ela é constitutiva em qualquer situação, porque, tanto no meio digital quanto no meio impresso, o percurso não linear é uma escolha do leitor, sobre a qual o produtor não tem controle e pouco pode interferir, tanto no intuito de freá-la quanto de potencializá-la ao máximo.

Voltamos a uma afirmação de Xavier (2002, p. 28) sobre a relevância do hipertexto como o meio que possibilita o hiperleitor “realizar uma leitura, completamente, singular em relação [sic] a dos demais hiperleitores, a partir do acionamento (ou não) dos *hiperlinks* disponíveis”. Ora, e quem garante que na leitura do texto impresso também não é possível, constitutivamente, oferecer leituras singulares? Parece-nos que negar isso é negar o papel essencialmente ativo e particular do leitor na construção dos sentidos, em qualquer meio de enunciação.

Alguém pode argumentar algo do tipo: “mas no hipertexto, já sabendo que a não linearidade é constitutiva, o hiperprodutor apresenta os *hiperlinks*³, permitindo que o leitor navegue para outros textos, onde se encontram outros *hiperlinks*, que encaminham a outros textos, e assim por diante; abrem-se múltiplas possibilidades de leituras singulares, pela configuração em rede, inerente ao ambiente digital”. Ocorre, no entanto, que, se entendemos o *hiperlink* como um desejo universal, da parte do hiperprodutor (que afinal de contas foi quem tomou a decisão de que um determinado

³ Falamos, aqui, dos *hiperlinks* que remetem a outros textos que não aquele onde o leitor se encontra. Os *hiperlinks* que têm a função de remeter para outras partes de um mesmo texto têm sua função tão similar a de sumário de material impresso que não vemos nem a necessidade de comentá-los em termos de novidade advinda de uma organização textual demandada pelo modo de enunciação digital.

item seja *hiperlinkado*), de que o seu hiperleitor navegue indefinidamente e totalmente de forma não linear, pra quê, então, esse hiperprodutor produziu um texto? Era sua intenção primordial que o leitor, por exemplo, parasse exatamente onde estava o *hiperlink*, acessasse-o e fosse ler outra coisa? Isso é muito pouco provável, porque esvazia um dos motivos primeiros de se produzir qualquer (hiper)texto, que é a comunicação plena.

Pensamos que a proliferação de *hiperlinks* não significa que o hiperprodutor queira dizer: “olha só, produzi um texto, pensei numa certa forma de organização, mas não quero que você tenha acesso ao meu texto todo, porque há outras coisas relacionadas ao que estou falando aqui que você tem de saber. Por isso estes *links* estão aqui: para você acessá-los logo. Eu estou dispensando a sua leitura”. Tal caricatura indica uma posição insustentável, pois, como já falamos, primeiro, o produtor pouco pode fazer a respeito de uma determinação exclusiva do caminho que o leitor trilhará; segundo, é muito pouco provável alguém que escreva para não ser lido.

A partir do que acabamos de dizer, pode haver uma outra crítica no sentido de que nossa versão sobre um provável hiperprodutor que não quer ser lido é muito reducionista. Na visão dos que defendem uma não linearidade constitutiva do hipertexto (e somente nele), não se trataria de se colocar um *hiperlink* para que o leitor o acessasse imediatamente, “saísse” do que está lendo, fosse para outro texto, e para outro e para outro... Pode significar também juntar leituras ao mesmo tempo: começar um texto, acessar um *hiperlink*, talvez voltar ao texto original para completar a leitura, parar e investigar outro *hiperlink* e assim por diante. Ou seja, haveria uma não linearidade no sentido de se poder trilhar um caminho que possibilitasse uma leitura mais plena. Pois bem: é muito pouco provável que isso seja exclusivo da experiência de leitura no hipertexto. Uma leitura da maneira que esboçamos está muito mais atrelada às características de leitor (mais ou menos proficiente) que ao meio em que a leitura se desenvolve. Insistimos em dizer, portanto, que a forma de ler é, em qualquer meio, uma decisão do leitor, e muito pouco pode o produtor fazer em relação a isso.

Pensamos ser mais pertinente entender que os *hiperlinks* e também as pistas “linkáveis” de um texto “tradicional” são sugestões, e uma enunciação mais de acordo com o que efetivamente deve ocorrer, da parte do (hiper)produtor, seria algo do tipo:

Olha só, eu produzi um texto, organizei-o de uma certa maneira, e gostaria que fosse lido (foi por isso que eu o produzi). Há, é claro, muitas coisas relacionadas com esse texto, as quais você pode saber se seguir alguns caminhos sugeridos por algumas pistas que deixei [por *hiperlinks* ou outras estratégias discursivas de indicação presentes mais comumente em textos “convencionais”]. Não estou dizendo como você deve agir. Apenas indico que, caso queira deixar meu texto, porque surgiram outros interesses (sobre os quais não tenho controle), você pode se guiar pelas pistas que deixei. Em outros locais, haverá outras pistas e assim por diante. Compete a você saber onde vai parar (se no ponto que determino como chegada ou mais além). De qualquer forma, quando fiz o texto, contemplei essa dupla possibilidade: de você me ler até o final ou de sair por aí à procura de algo mais.

Portanto, como possibilidade de sugestão de caminho de leitura, o *hiperlink* não é diferente de outras estratégias que preenchem a mesma função (sugerir caminhos de leitura) em um texto “convencional”. E falar em não linearidade constitutiva do hipertexto como algo alheio ao que fazem os sujeitos em sua interação, ou seja, como algo que prescinde de uma explicitação maior do papel dos usuários desse hipertexto (produtores e leitores) é simplificar a questão de uma maneira que não encontra eco numa perspectiva sociointeracionista.

Voltando à questão, aludida no início dessa seção, do hiperleitor e do letramento digital, cremos que a questão não se limite (ou não deva se limitar) a uma educação que indique como se comportar, “leitualmente”, no ambiente digital. A questão passa, sempre, pela formação de um leitor competente, capaz de tomar decisões, em vários níveis, quanto à atividade cognitiva em que se engaja. Tal leitor será hiper sempre, pois é preciso que ele assim o seja, independentemente do modo de enunciação no qual esteja envolvido.

Com nossa primeira reflexão sobre um novo olhar na relação texto/hipertexto, concluímos dizendo que, se há, de fato, um novo modo de constituir sentido associado ao modo de enunciação digital, este não reside na não linearidade como uma categoria constitutiva desse modo. Aliás, uma ideia que defenderemos adiante é a de que as características hipertextuais, dentre elas a não linearidade, não podem ser entendidas como tudo ou nada, mas sim como escalares. Em outras palavras, queremos dizer que, por exemplo, no caso da não linearidade, há um contínuo de gêneros (e também sequências), tanto do ambiente digital quanto de ambiente não digital, cujos extremos vão daqueles que se prestam a uma leitura mais não linear (no sentido de que sua compreensão não seja de todo comprometida, uma vez que se decida pela não linearidade) aos que, se sofrem a atuação da não linearidade, podem ocasionar dificuldade de compreensão. Antes, porém, precisamos aprofundar a questão sobre como o hipertexto se configura em um novo modo de produção de sentido. Vamos dar mais um passo nessa direção, a partir de uma reflexão sobre as confusões terminológicas em torno de *hipertexto*.

4.2 Flutuação em torno do conceito de *hipertexto*

Quando falam em hipertexto, os autores podem estar querendo se referir a duas coisas que, embora relacionadas, são distintas. Em uma das acepções, hipertexto designa um novo modo de enunciação digital. Trata-se de uma forma especial de tratamento dos elementos semióticos veiculadores de sentido, que se instancia na tela do computador e promove alterações na maneira como sociocognitivamente compreendemos os textos com os quais entramos em contato. Numa outra acepção, hipertexto quer designar a entidade comunicativa, formada pela confluência de multissemioses, que aparece na tela do computador e que, apesar de gozar da imaterialidade (como vimos em XAVIER, 2002), apresenta um certo grau de concretude.

Pensamos que, para definir melhor essa entidade, poderíamos dizer que o hipertexto é o texto multissemiótico que aparece na tela do computador. É nessa acepção do termo que possibilita Xavier (2002, p. 30) dizer ser possível manusear o hipertexto. E só podemos entender que Komesu (2005) chama o *blog Afrodite se quiser* de hipertexto se levarmos em conta essa segunda acepção.

Claro que os dois conceitos de hipertexto guardam relação; o texto multissemiótico da tela do computador só é hipertextual porque passa por um tratamento enunciativo hipertextual, tanto em sua produção quanto em sua recepção. E talvez não seja nem mesmo necessário propor ajustes terminológicos, em virtude de os contextos em que cada acepção aparece serem, tanto quanto podem ser, transparentes, provavelmente não trazendo dúvidas (pelo menos para leitores mais proficientes). Mas, uma vez que se queira tornar a terminologia mais “organizada”, pensamos que *hipertexto* deveria continuar sendo utilizado na primeira acepção apresentada aqui⁴, pois esta é a mais corrente. Para o segundo conceito, a de texto multissemiótico, talvez fosse interessante utilizar o termo *texto digital*.

Apontamos a flutuação terminológica não para sugerir modificações de nomenclatura, mas sim porque ela pode trazer algumas inquietações quando analisamos a assertiva de que todo texto é um hipertexto. Se levamos em conta a primeira acepção de hipertexto, vemos quão absurda pode ser a colocação. Um texto nunca poderá ser um hipertexto, porque esses dois conceitos tratam de coisas que se encontram em planos diferentes. Um texto é uma unidade, uma entidade com certo grau de concretude, e não um modo de enunciação.

Agora, quando passamos a relacionar texto à segunda acepção de hipertexto, aí sim temos abertura para uma discussão interessante. De fato, não pensamos que a

⁴ Hipertexto designa um novo modo de enunciação digital. Trata-se de uma forma especial de tratamento dos elementos semióticos veiculadores de sentido, que se instancia na tela do computador e promove alterações na maneira como sociocognitivamente compreendemos os textos com os quais entramos em contato.

asserção “todo texto é um hipertexto” possa ser adequadamente parafraseada por “todo texto é um texto multissemiótico instanciado na tela do computador”. Na verdade, o que está por trás da assertiva é a ideia de que *o texto, tanto em sua constituição quanto em sua recepção, pode passar por um tratamento enunciativo que se diz reservado apenas para os textos do ambiente digital*, ou seja, o texto não digital é passível de sofrer um *tratamento hipertextual*. Nas palavras de Araújo (2006, p. 87), o que se alega, dentro dessa tomada de posição (a qual o autor, como já vimos, refuta), é que “a natureza hipertextual não é um privilégio do domínio digital, haja vista ser uma marca de todo e qualquer texto”.

Não endossamos o “todo e qualquer texto” da afirmação acima, mas cremos que pode ser produtivo trabalhar muito seriamente com a hipótese de que uma distinção não tão nítida entre texto e hipertexto pode ajudar na elucidação de alguns aspectos envolvidos na polêmica. Aceitando o que Araújo (2006, p. 85-86) diz, “a esfera digital tem como característica maior uma rica heterogeneidade semiótica”, pretendemos, no último item dessa seção, trabalhar com a hipótese de que, fora do ambiente digital, há esferas de enunciação cujos textos apresentam muitas características da hipertextualidade, dentre as quais destacaremos a heterogeneidade semiótica. No entanto, para chegar lá, é preciso lidar com um aspecto que pode ser considerado o cerne de muitas confusões da polêmica texto/hipertexto: a comparação entre os termos.

4.3 Limitações da comparação entre texto e hipertexto feita pelos hipertextualistas

A hipótese de trabalho que assumimos é fortemente rechaçada entre os hipertextualistas, para os quais não faz sentido falar em hipertextualidade fora do ambiente digital presentificado pela tela do computador. Segundo Xavier, “fora da tela, não há ‘salvação’ para o Hipertexto e muito menos para a existência do *modo de enunciação digital*” (2002, p. 94. grifos do autor). Ou ainda, do mesmo autor: “o modo

de enunciação digital só se realiza na tela” (2002, p. 99). Já para Snyder (1988), “o hipertexto é um meio de informação que existe apenas on-line em um computador” (SNYDER, 1988, apud ARAÚJO, 2006, p. 92).

Já vimos que Araújo (2006) critica os defensores do texto a partir da constatação de que eles sempre fazem leituras muito reducionistas acerca das características do hipertexto. Escolhem uma ou duas dessas características (e nem sequer as mais importantes) e passam a fazer comparações muito elementares, que não se sustentam à luz de uma análise mais acurada. Pois bem: já está mais que na hora de assinalar que, se há reducionismos, certamente que não se trata de uma exclusividade dos defensores do texto. Na verdade, há um reducionismo (bastante grave até) sempre implícito (e às vezes explícito) na conceituação que os hipertextualistas dão de *texto*.

Nenhuma comparação pode ser bem sustentada se feita numa balança “viciada”. Se queremos comparar dois elementos, por exemplo, texto e hipertexto, não se pode fazer isso mascarando a complexidade constitutiva de um deles. Frequentemente, assume-se que a internet e os gêneros a ela pertencentes trouxeram uma complexidade para as relações humanas como nunca antes visto, como se os gêneros textuais fora do ambiente digital não já comportassem, em si, graus diferentes de complexidade, como se já não pertencessem a práticas discursivas complexas. Parece até que tudo era muito simples antes do hipertexto.

Para quem acha exagero a crítica que fazemos aos hipertextualistas, ilustramos nossa posição com dois exemplos concretos a respeito dos “*chats* educacionais”. Remetemo-nos aqui aos trabalhos de Barros (2002) e Araújo (2005). Em ambos, há uma preocupação em comparar práticas discursivas do meio digital e do não digital que guardariam, entre si, certo “parentesco”, para, no final, enfatizar as mudanças trazidas pelas primeiras.

Araújo, por exemplo, ao analisar as características do discurso pedagógico no *chat* educacional, tomando como exemplo uma seção de conversa virtual entre alunos

e professores, sustenta a posição de que “o DP [discurso pedagógico], uma vez inserido na ambiência virtual de uma sala de *chat*, mostra-se com uma configuração bem distinta daquela usualmente definida” (2005, p. 99)

Araújo parte da caracterização de discurso proposta por Orlandi (apud ARAÚJO, 2005, p. 99-100) da qual destacamos o discurso polêmico e o discurso autoritário. O primeiro caracteriza-se como aquele em que há disputa pela verdade, controle da polissemia, reversibilidade condicionada pela atuação dos interlocutores; já o segundo se configura a partir do assujeitamento ao comando de uma verdade imposta, ausência de reversibilidade e contenção da polissemia devido à assimetria.

Partindo da caracterização, por Orlandi, do discurso pedagógico como autoritário (assimetria entre os interlocutores (professor e aluno): “o professor, portavoz da ideologia da escola, centraliza o discurso em si mesmo, pois seu ato de *inculcar* está baseado na fórmula <é porque é>” (ORLANDI, 2005, p. 100), Araújo apresenta sua análise, na qual constata que, comparando-se uma seção de *chat* educacional com uma sala de aula presencial, “[os participantes] sentem-se muito mais como *internautas* que batem papo em uma sala de *chat* do que como alunos e professores em uma sala de aula localizada entre os muros de uma escola qualquer” (2005, p. 102). Alegando esse e outros motivos, o autor termina por concluir que o Discurso Pedagógico na internet apresenta características distintas daquelas previstas pelo que Orlandi designa discurso autoritário, tendendo mais para o discurso polêmico.

Barros (2002) também analisa uma seção de aula *chat* para compará-la com uma aula convencional. Seu objetivo é “evidenciar algumas das características mais salientes encontradas na aula *chat*” (op. cit. p. 39). Das muitas observações que a autora faz sobre as diferenças encontradas, escolhemos uma que aproxima o trabalho da autora ao de Araújo (2005): “pelo menos aparentemente, uma maior simetria parece ocorrer também na interação da *aula chat*” (BARROS, 2002, p. 43). Em outras palavras, enquanto na aula presencial a interação se dá com professor de um lado e alunos do

outro, na aula *chat*, todos têm a mesma chance de falar e isso faz com que o professor perca seu *status* de privilégio.

Uma leitura crítica desses trabalhos faz emergir a seguinte pergunta: será que, de fato, as situações de interação digital expostas nos textos teriam como contraparte do meio não digital, e sobre a qual recai a comparação, a aula convencional? Elas não se configurariam muito mais como uma reunião de grupo para estudo ou coisa semelhante? A descrição metodológica que os autores fazem leva a pensar exatamente que a dinâmica de motivação para participação não é a mesma que rege uma aula presencial tradicional.

A simplificação a que nos referimos, está, no caso desses dois trabalhos, em achar que todas as interações que ocorrem no universo educacional fora do ambiente digital podem ser resumidas à aula presencial, caracterizada por uma prevalência quase que universal do discurso pedagógico autoritário. Ora, nem mesmo a entidade aula presencial designa algo completamente uniforme. Trata-se de uma esfera por demais complexa fora do ambiente digital para que isso não seja levado em consideração.

Pegemos, por exemplo, a ideia de que o texto “convencional” é resumido a texto informativo. Basta ver como isso está associado ao recorte que Xavier (2002) faz, apresentado na primeira seção deste trabalho, sobre o texto como elemento central na organização, elaboração e transmissão do conhecimento. Há, claro, uma associação muito direta entre conhecimento e informação, o que permite a Xavier (2002, p. 97) apresentar sua ideia central: **“mostrar o Hipertexto multimidiático como a tecnologia enunciativa que viabiliza a emergência de uma nova forma de acessar, produzir e interpretar informações de maneira multissensorial que se constitui no modo de impressão digital”** (o grifo do sublinhado é nosso).

A limitação, porém, reside no fato de se achar, primeiro, que conhecimento e informação possam ser tratados como sinônimos, ou, dizendo de outra maneira, que

só se chega ao conhecimento a partir do contato com textos informativos. As maneiras de conhecer por intermédio do texto são tão inúmeras e tão variadas que qualquer tentativa de limitar o fenômeno apenas à maneira como se conduz/processa a informação é por demais reducionista. Em segundo lugar, a ênfase no texto como construto do conhecimento nega que outros valores cognitivo-emocionais, para além de conhecimento no sentido de tratamento de dados, podem ser efetivados na produção/recepção de enunciados. Em suma, o escopo do que pode ser feito ou dito em um texto vai muito além do que a imagem obtida quando se vê a concepção de texto “convencional” assumida pelos hipertextualistas.

Restaria, então, comparar esses dois elementos e ver que inovações o hipertexto traria em relação ao texto informativo escrito, levando em conta, por exemplo, a heterogeneidade semiótica. É claro que, se fosse esse o caminho, seria preciso lidar com a questão muito espinhosa de definir *informação* e seu processamento.

Portanto, se os estudos em hipertexto pretendem efetivamente mostrar esse novo modo de enunciação como algo dotado de uma complexidade nunca antes vista, é preciso levar a sério o estudo dos outros modos de enunciação, que devem ser considerados com toda a complexidade (nos mais diversos níveis) a eles inerente. Certamente, um passo promissor será o de não restringir a discussão em termos do elemento que unifica todas as definições rasteiras de texto que damos quando mostramos a “fórmula” [hipertexto ≠ texto convencional], a saber, a escrita impressa.

Portanto, pensamos que, se a retórica de valorização do hipertexto quer se sustentar, é preciso não se limitar a tentar “exorcizar” o fantasma do texto impresso. Isso significa assumir uma atitude de considerar a complexidade do conceito de texto. Deve-se aceitar, primeiro, que o texto impresso vai além da informação, vai além do conhecimento; segundo, que o texto vai além do impresso. Um caminho promissor para se alargarem os horizontes pode ser o de procurar tratar em profundidade as relações entre o meio de enunciação digital e o audiovisual. Vejamos, então, uma

pequena reflexão sobre uma eventual hipertextualidade no meio audiovisual, com a análise de um texto desse meio.

4.4 Procura por características hipertextuais em textos fora do ambiente digital

O modo de enunciação audiovisual, com essa nomenclatura, não é uma categoria muito comentada nos estudos em hipertexto. Entretanto, há considerações normalmente feitas que se aproximam bastante dessa categoria, em relação ao que é dito sobre **televisão**. Por isso, advertimos que, a partir de agora, sempre que ler o que dizemos sobre o que os hipertextualistas falam a respeito da televisão, o leitor tenha em mente que se está remetendo ao modo de enunciação audiovisual.

Em primeiro lugar, julgamos importante que a retórica do hipertexto, ao tratar das relações entre a enunciação digital e a enunciação audiovisual, reveja a posição bastante ingênua de que, na televisão, há um predomínio da imagem, como se diz em Ferreira (*apud* Araújo, 2006, p. 91): “houve um tempo em que a TV fez imperar a imagem sobre a escrita”. Afirmar isso é tão incorreto quanto a generalização feita a respeito do predomínio universal da escrita no texto impresso.

Falar numa supremacia da imagem sobre a escrita, na televisão, é desconsiderar que a efetivação da tecnologia audiovisual se faz, também, a partir do sonoro. Ou seja, se quisermos falar em textos nos quais a imagem predomina sobre outras semioses (escrita ou oral), é melhor pensarmos nas fotografias, quadros e pinturas (se se aceitar que, nesses casos, estamos falando de textos). Na televisão (e outros meios de transmissão de vídeo), centrar a discussão na semiose da imagem é bastante incompleto.

O que há, mais normalmente, é um entrelaçamento entre som e imagem que passa a ser constitutivo desse modo de enunciação, sendo que a importância de um sobre a outra, ou a equivalência entre ambos, vai depender dos gêneros e da situação específica de interação. Em alguns gêneros, o som parece ser mais relevante que a

imagem. Basta fazer a experiência de tentar assistir a um telejornal de duas maneiras: sem volume (apenas com a imagem) e sem imagem (apenas com o som); o mais provável é que, de uma maneira geral, a produção de sentido(s) se dê de forma menos prejudicada no segundo caso. Em outras situações, a imagem prevalecerá sobre o som, como acontece em algumas propagandas televisionadas ou nos filmes “mudos”.

Ainda em relação à predominância de uma semiose sobre outra(s), quando de um entrelaçamento entre elas, queremos aqui salientar que, quando Xavier fala no modo de enunciação digital como propiciador de uma “co-participação” e “co-relevância” (2002, p. 156, e também seção 1 deste trabalho) entre produtos semióticos interligados, é preciso evitar uma leitura na direção de achar que o autor está considerando que há, sempre, uma igualdade de semioses nos diversos gêneros e situações de interação que se prestam a um entrelaçamento. Co-participação não deve ser entendida como relação em que cada parte atua com a mesma importância, mas sim como as relações que as semioses fazem entre si para a produção da compreensão, nas quais o peso de cada possibilidade semiótica pode ser diferente. Assumir esse entendimento sobre co-participação significa realçar que as relações “interssemióticas” existem para preencher necessidades de comunicação as mais diversas; para que a multifuncionalidade dos gêneros e das situações de interação seja preservada, é indispensável pensar na possibilidade de que os interlocutores, para atender às suas diferentes necessidades de comunicação, podem investir mais ou menos em alguma forma de comunicação, em detrimento de outras, e isso vale em qualquer modo de enunciação.

Passamos, então, a analisar uma situação de interação do modo de enunciação audiovisual, e por isso fora do ambiente digital, que, para nós, apresenta características muito marcantes de hipertextualidade. Focalizamos nossa discussão nos elementos semióticos levando em consideração a advertência de Araújo (2006, p. 90): “diante do primado dos *links*, dos nós textuais e da não linearidade [...], elementos semióticos,

como a imagem, o som e a escrita, ou passam despercebidos pelos autores ou são marginalizados em suas discussões acerca das características e do eixo definidor do hipertexto”. Acrescentamos, ainda, que, embora seja esse o foco, também tentaremos discutir outras características hipertextuais, com o objetivo de não dar um tratamento específico a um só aspecto, o que denota, sem dúvida, uma posição reducionista (também criticada por Araújo).

Trata-se de um episódio de desenho animado da *Turma da Mônica* intitulado “O detetive”⁵. Neste episódio, Cebolinha ganha de presente uma roupa de detetive e começa a agir como um. A narrativa é contada pelo próprio Cebolinha, cuja voz aparece “em *off*”, ou seja, enquanto narra suas peripécias, vão-se mostrando imagens relacionadas a tal narrativa. A seguir, apresentamos alguns trechos da história, primeiro indicando o texto “em *off*” dito por Cebolinha e em seguida a imagem correspondente.

Trecho 1

Voz do Cebolinha: “Imediatamente, *lesolvi* começar com as minhas investigações”.

Imagem: Cebolinha, na sala de sua casa, andando meio agachado, segurando uma lupa direcionada para o chão.

Trecho 2 (imediatamente após o trecho anterior)

Voz do Cebolinha: “Teve gente, é lógico, que não me levou muito a *sélio*”.

Imagem: a lupa focaliza uma barata fazendo caretas para o Cebolinha.

Trecho 3 (ainda na casa do Cebolinha)

Voz do Cebolinha: “Com muita *colagem*, comecei a *enfleitar* todas as dificuldades da vida de detetive”

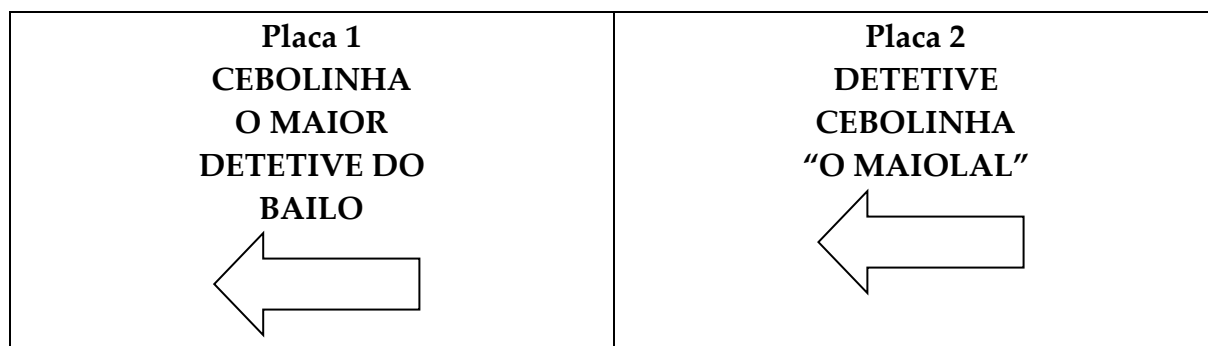
Imagem: imediatamente após Cebolinha ter dito o que disse, ele sai do foco da câmera, aparece um barulho e, em seguida, mostra-se Cebolinha caído no chão, ao lado de um *skate* com as rodas para cima, indicando que ele escorregou.

Trecho 4 (depois de Cebolinha ter resolvido um “*glande mistélio*” em sua casa)

Voz do Cebolinha: “Montei meu *esclitólio* e bem *discretamente* anunciei o meu negócio”

Imagem: inicialmente, Cebolinha aparece sentado numa cadeira, com as pernas em cima de um pequeno birô, em seu “*esclitólio*” (provavelmente, o clubinho dos garotos da turma); depois, a câmera se movimenta para fora do “*esclitólio*”, em cujas redondezas se vê algumas placas de madeira; veja-se o que estava escrito em duas delas (as setas apontam em direção ao escritório do Cebolinha) :

⁵ **Aventuras em DVD Turma da Mônica:** A fonte da juventude e outras histórias. Manaus: Paramount Pictures, 2004.



[No decorrer da história, Mônica procura Cebolinha para que este resolva o mistério do desaparecimento de seu coelhinho. Cebolinha encontra o coelhinho (por incrível que pareça, dessa vez não era ele o responsável pelo sumiço), mas o entrega a Mônica num estado deplorável: todo sujo e encardido. Mônica fica irritada e sai atrás de Cebolinha. Os trechos a seguir referem-se ao final do episódio]

Trecho 5

Voz do Cebolinha: “E foi naquela mesma *talde*, quase noite, que *lesolvi encelar* minha *caleila* de detetive”

Imagem: o cenário é as redondezas do escritório de Cebolinha; vêm-se, sobre as placas anteriormente mostradas, tábuas pregadas, em que se lê “VOLTE AMANHÃ” (sobre a placa 1) e “FECHADO P/ LEFOLMA” (sobre a placa 2).

Trecho 6 (imediatamente após o trecho anterior)

Voz do Cebolinha: “Bom, pelo menos até *lesolver* um novo caso, que *palecia* muito mais *impoltante*”

Imagem: Mônica, zangada, de braços cruzados e batendo o pé, observa Cebolinha; este, com o olho machucado, de avental, lava o coelhinho numa pia cheia de espuma.

O que se vê nesse texto, a partir dos excertos apresentados (e de muitos outros que exercem a mesma função no texto) é que a apreensão do sentido só pode ser feita, de maneira completa, se houver uma integração dos elementos semióticos nele presentes, a saber, som, imagem e escrita. O texto oral efetivamente produzido só passa a fazer sentido se aliado à imagem a que se refere. Por exemplo, entender que Cebolinha anunciou seu negócio muito *discretamente* está relacionado à imagem de placas dizendo que ele era um detetive muito bom.

O tom humorístico do texto só pode ser percebido levando-se em consideração a participação de todas as semioses; não se trata aqui, de achar que uma delas (a imagem, por exemplo) domina as demais, que apareceriam apenas como ilustração. Todas são relevantes, e é da relação que estabelecem entre si que emerge o sentido.

Vejamos, agora, a seguinte afirmação de Xavier (2002, p. 100): “o Hipertexto pulveriza os modos de enunciação e esvazia não só a ideia de predomínio do modo verbal [leia-se “escrita”], mas lança ao hiperleitor vários outros modos que devem ser processados ‘todos ao mesmo tempo agora’”. Ora, o que se vê no texto acima não é exatamente o processamento das semioses “todas ao mesmo tempo agora”? E o texto mostrado não se trata, obviamente, de uma exceção nas fórmulas enunciativas do modo de enunciação audiovisual. Integrações do tipo da aqui mostrada, ainda que não sejam feitas pelos mesmos recursos estilísticos ou para atingir os mesmos objetivos, são a regra nesse meio.

Diante dessa constatação, é possível admitir que a heterogeneidade semiótica, característica atualmente alegada como a mais marcante do hipertexto, não é restrita ao ambiente digital. Portanto, há vida para o hipertexto fora da tela.

Há, ainda, uma crítica da qual precisamos nos resguardar, que diz respeito ao argumento sobre as análises reducionistas. Ou seja, se defendemos que o hipertexto não é inovador em relação a outros modos de enunciação anteriores, mesmo que para isso esteja focalizando a característica mais marcante, é preciso não cair no mesmo erro dos que antes se propuseram a tal tarefa, no sentido de não restringir a análise a apenas um aspecto. Passamos, então, a mostrar que, no texto analisado, há outras características hipertextuais.

A primeira delas é a não linearidade. É uma opção do telespectador assistir ao episódio na ordem em que quiser, pulando partes, voltando, parando e indo ver outros episódios do DVD, ou ainda parando, no momento em que quiser, para ir ler algo relacionado ao que assistia (por exemplo, uma revista do Cebolinha). Se parece

estranho que alguém acompanhe uma história dessa maneira, é preciso observar muito atentamente o que as crianças menores fazem quando assistem a filmes dos quais podem dispor de maneira livre, como se dá com os DVDs, e como acontecia anteriormente com as fitas de vídeo.

Se, ainda assim, alguém acha que a não linearidade é muito mais exceção que regra nesse tipo de prática discursiva, é preciso que se diga que tal limitação (repetimos, se houver) não tem a ver com o modo de enunciação, mas sim com a prática discursiva envolvida — acompanhar uma narrativa. Neste caso, uma narrativa configurada para o meio digital não fugirá à regra. Passará pelas mesmas formas de tratamento que aqui delineamos. Isso serve para reforçar a ideia que lançamos no item 4.1 deste artigo: as características hipertextuais não se encontram em um esquema dicotômico (ou um modo de enunciação apresenta o aspecto X ou não apresenta tal aspecto); elas se estabelecem num contínuo, que engloba tanto os gêneros e práticas do meio digital quanto dos outros meios.

Também os *links* aparecem no modo de enunciação em que se insere o texto apresentado, já que o DVD tem um *menu* organizado sob a forma de *hiperlinks* que possibilitam caminhos diferentes dentro do percurso do conteúdo do disco. Pode-se argumentar que se trata de *hiperlinks* muito limitados, pois, utilizando-se apenas eles, não se pode sair do material do DVD. E pode-se ainda argumentar que, em outras situações de enunciação do modo audiovisual, não há uma configuração de *menu* que possibilite “navegação ilimitada”. Dessa forma, poder-se-ia dizer que o modo de enunciação audiovisual não é, completamente, hipertextual.

Sobre tais possíveis críticas, além de parecer engraçado alegar a natureza não hipertextual por conta de ausência de uma não linearidade plena (exatamente a característica que não é mais importante no estágio atual dos estudos), lembramos ainda de um argumento irrefutável: nos estudos em hipertexto, para se considerar a hipertextualidade de um determinado gênero digital, não chega nem a ser necessário

que tal gênero apresente todas as características, nem mesmo que elas, quando aparecem, tenham sempre a mesma importância. É o que nos mostra Araújo (2006), quando analisa as características hipertextuais de uma constelação de gêneros *chat*. Por que, então, exigir de gêneros do meio não digital, que, para serem considerados hipertextuais, apresentem todas essas características? Não se exige isso nem para os gêneros digitais. Enfim, o que dizemos aqui reforça a ideia de que a presença e função dessas características, da mesma forma que tratamos quando falamos das semioses, é para cada gênero, uma questão escalar, uma questão de grau, mais bem representada pela concepção de um contínuo que pela de uma dicotomia.

Quanto à imaterialidade e intertextualidade, não oferecemos reflexões mais apuradas. Apenas dizemos que, no caso da primeira, não parece ser esse um aspecto central e, diga-se de passagem, pouco se investe nele nas próprias pesquisas em hipertexto. Já em relação à segunda, um maior refinamento das diferenças entre intertextualidade em sentido amplo e restrito pode vir a elucidar algumas questões.

Mantemos, contudo, e até que se prove em contrário, a posição de que, pelo menos quanto às características mais salientes, outros gêneros além dos digitais (incluindo os do modo audiovisual e também os do impresso) podem passar por um tratamento hipertextual. Pesa em favor de tal análise uma reflexão de características que, embora só tenham sido salientadas pelos estudos em hipertexto, não se restringem a esse universo de discussão.

5. Considerações finais

É costume dizer que a boa teorização científica é aquela que produz resultados passíveis de falsificação. Nesse caso, pode-se dizer que as pesquisas em hipertexto têm o grande mérito de fazer avançar a ciência linguística, em virtude de colocar em evidência questões historicamente negligenciadas, que são reanalisadas a partir de proposições iniciais, reformuladas, e, dessa maneira, vai-se (re)construindo o conhecimento acadêmico.

Desse constante movimento, vem a necessidade de se reverem, constantemente, os postulados e os resultados até então obtidos. Para os hipertextualistas, tais revisões dizem respeito à exigência de uma postura que leve em conta a complexidade do conceito de texto (que, aliás, parece ser também uma exigência que está sendo posta para a Linguística Textual, em parte por conta dos estudos sobre os gêneros digitais) e, também, a uma incursão mais detida sobre diferentes modos de enunciação que configuram os gêneros textuais fora do ambiente digital. Claro que abandonar a perspectiva de comparação dicotômica, em favor de uma visão que considere as categorias hipertextuais como pertencentes a um contínuo, parece-nos ser uma estratégia necessária para dar conta da complexidade dos temas envolvidos nas discussões teóricas.

Neste artigo, fizemos um diálogo com autores que advogam em favor do caráter inovador do hipertexto e com aqueles que o veem apenas como um constructo que traz as mesmas possibilidades de produção de um texto “convencional”. Embora também consideremos que muitas das novidades explicitadas pelos hipertextualistas já existem no texto impresso, isso não significa que neguemos a existência de qualquer novidade linguístico-discursiva do hipertexto. Cremos, porém, que o amalgamento de semioses no meio digital seja a questão central na discussão.

Esperamos ter contribuído para um entendimento mais amplo da relação entre texto e hipertexto e, principalmente, para a indicação de caminhos de investigação que nos parecem necessários e mais produtivos. E que nossas posições possam ser falseadas por pesquisas e reflexões mais refinadas. Enfim, que o caminhar das discussões, com as eventuais (ou inevitáveis?) mudanças de rumo, sejam trilhados sem bairrismos, preconceitos ou “reserva de mercado”.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ, O. H. O texto eletrônico: um novo desafio para o ensino da leitura e da escrita. Tradução Cláudia Schilling. In: PÉREZ, F. C.; GARCIA, J. R. (Org.). **Ensinar a ler ou aprender a ler e a escrever?** Aspectos teóricos do processo de construção significativa, funcional e compartilhada do código escrito. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 165-170.

ARAÚJO, J. C. Chat educacional: o discurso pedagógico na *Internet*. In: COSTA, N. B. (Org.). **Práticas discursivas: exercícios analíticos**. Campinas: Pontes, 2005, p. 95-109.

_____. Os *chats*: uma constelação de gêneros na *Internet*. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; MIRANDA, T. P. (Org.). **Teses e dissertações: grupo PROTEXTO**, v. 2. Fortaleza: PROTEXTO-UFC, 2006. [CD-ROM].

BARROS, K. S. M. Aspectos da interação em aulas pela *Internet*. In: BARROS, K. S. M. (Org.). **Atividades de interação verbal: estratégias e organização**. Natal/Recife: PPGEL/ED. Imprensa Universitária da UFPE, 2002, p. 39-50.

BRAGA, D. B. Hipertexto: questões de produção e de leitura. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas. **Estudos Linguísticos XXXIV**, p. 756-761, 2005.

COSCARELLI, C. V. Textos e hipertextos: procurando o equilíbrio. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. p. 549-564, out. 2010. ISSN 1982-4017. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/428. Acesso em: 10 maio 2018.

GOMES, L. F. **Hipertextos multimodais: o percurso de apropriação de uma modalidade com fins pedagógicos**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas – SP, 2007.

_____. **Hipertexto multimodal: leitura e escrita na era digital**. Jundiaí, Paco Editorial, 2010.

_____. **Hipertexto no cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. G. V. Texto e hipertexto. In: _____. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 61-73.

KOMESU, F. Pensar em hipertexto. In: ARAÚJO, J. C.; BIASI-RODRIGUES, B. (Org.). **Interação na Internet: novas formas de usar a linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 87-108.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 13-67.

POSSENTI, S. Notas um pouco céticas sobre hipertexto e construção de sentido. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 20, p. 59-75, 2002.

SNYDER, I. Antes, agora, adiante: hipertexto, letramento e mudança. **Educação em Revista** [Online], v.26, n. 3, p. 255-288, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n3/v26n3a13>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

VIEIRA, I. L. Leitura na *Internet*: mudanças no perfil do leitor e desafios escolares. In: ARAÚJO, J. C. (Org.). **Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 244-267.

XAVIER, A. C. **O hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital**. 220p. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

_____. Reflexões em torno da escrita nos novos gêneros digitais da internet. **Revista Investigações**, Recife, v. 18, n. 2, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1484>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

Artigo recebido em: 29.11.2017

Artigo aprovado em: 20.05.2018